

A GUERRA COMO PALCO DE MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO (Castela Século XIII)

Almir Marques de Souza Junior*

Resumo: Este artigo busca demonstrar como a própria guerra poderia ser concebida como um palco de manifestação de elementos sagrados e miraculosos. Neste sentido, os relatos de conflitos contidos nas crônicas castelhanas do século XIII serão de grande importância para provar que a percepção dos elementos sobrenaturais não escapava aos homens daquele reino. Aqui, o sagrado e o maravilhoso não precisavam de rituais específicos para serem percebidos, eles se faziam presentes em eventos mais “cotidianos” como o combate pela causa de Deus.

Palavras-chave: Realeza, Península Ibérica, Sagrado.

Abstract: This paper seek to demonstrate how the war itself could be conceived as a stage for expressions of sacred and miraculous elements. In this sense, the conflict contained in the reports of Spanish chronicles of the thirteenth century will have great importance to prove that the perception of supernatural elements did not escaped the man from that kingdom. Here, the sacred and the wonderful did not needed specific rituals to been known, they were present in “everyday” events as the war in the nam of the Lord.

Keywords: Kingship, Iberian Peninsula, Sacred .

1 – A múltiplas faces do sagrado

Ao tratarmos da questão da sacralidade régia medieval, seja ela dentro ou fora do reino de Castela, precisamos nos ater uma importante distinção efetuada por Jacques Le Goff entre elementos religiosos, eclesiásticos, taumatúrgicos e sagrados (LE GOFF, 1992). Juntas, estas noções podiam se articular de modo a criar todo um conjunto de representações que tanto enaltecia a instituição monárquica como também a colocava em um patamar superior frente aos demais poderes temporais.

Mesmo assim, é preciso chamar atenção para o fato de que a união de todos estes fatores não constituía uma regra. Aqueles que estão habituados aos trabalhos de Marc Bloch (BLOCH, 2004) e Ernest Kantorowicz (KANTOROWICZ, 1997) podem reagir com certo estranhamento ao perceber que os reis ibéricos, de maneira geral, não partilhavam do mesmo conjunto de artifícios utilizados pelos soberanos franceses e ingleses.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense

Especialmente no reino de Castela, a crença de que as cabeças coroadas possuíam o poder de curar doenças ou males não cultivou grandes frutos. Poucos foram os monarcas castelhanos considerados milagreiros, e mesmo esses não gozavam de um ritual tão elaborado – ou da popularidade – quanto o toque das escrúfulas desempenhado pela monarquia capetíngia¹. Contudo, a ausência de um ou mais elementos apontados acima por Jacques Le Goff não significa uma completa falta de características sagradas vinculados à realeza.

Não podemos nos deixar seduzir por teorias extremas que, ressaltando a escassez de rituais em suas cortes, afirmavam que os reis de Castela e Leão consolidavam seu poder sobre bases completamente dessacralizadas. Os defensores deste ponto de vista, dentre os quais se destaca o nome de Teófilo Ruiz, chegavam a apontar que a sustentação da autoridade monárquica nestes reinos se dava através de meios mais pragmáticos, tais como a guerra e o monopólio da violência por parte do Estado (RUIZ, 2004).

Reconhecendo que a dimensão sagrada da figura do rei medieval congregava instrumentos de diversas naturezas, sem se restringir exclusivamente a aspectos mágicos e sacerdotais, nossa proposta para este breve artigo coloca-se, justamente, como uma tentativa de reconhecer naqueles “fatores pragmáticos” um palco de manifestação do sagrado.

Neste sentido, nosso principal foco de atenção recairá sobre a guerra e sobre a figura do guerreiro. Mais especificamente, observaremos como a noção de uma Reconquista da Península Ibérica serviu para apresentar os soberanos castelhanos do século XIII como figuras sacralizadas, agraciados com a benção dos poderes divinos. No decorrer de nossa empreitada, nos valeremos do discurso contido nas crônicas régias daquela centúria, material este que concedia significativa atenção ao relato das lutas armadas nas quais os soberanos do reino de Castela tomavam parte.

2 – Cruzada e Reconquista

Ao longo de boa parte da Idade Média, a Península Ibérica foi palco de inúmeros conflitos e disputas armadas. Mesmo que a luta entre cristãos e muçulmanos – iniciada com a chegada dos últimos na região em princípio do século VIII – não se caracterizasse na única forma de conflito armado a permear aquelas terras, é ela que mais nos interessa nesse momento.

¹A saber, foi associada à Sancho IV a capacidade de curar os endemoniados.

Desde fins do século XI, o ocidente passou a encarar o embate com o mundo islâmico de forma distinta. Com a conclamação de Urbano II à Cruzada, a Cristandade Ocidental obteve o argumento necessário para canalizar a crescente massa de homens belicosos que se encontravam no seu interior em direção a uma “guerra justa” travada em suas longínquas fronteiras. Mais do que uma luta com justificativas legítimas, a cruzada se configurou como uma guerra santa contra aqueles que eram considerados o inimigos da fé católica.

Não tardou muito para que o processo de expansão dos reinos hispano-cristãos, conhecido como “Reconquista”, fosse prontamente tomado como mais um episódio daquela Cruzada contra os infiéis.

Ainda que em seus momentos iniciais a Cruzada tivesse como principal palco aquela que era considerada a Terra Santa – Jerusalém – a noção de cruzada logo se alargou a outros territórios em que a presença muçulmana era combatida. Graças à bula do Papa Pascual II, em 1102, a luta em território peninsular se converteu oficialmente em uma guerra santa, e cada palmo de terra conquistado foi considerado um engrandecimento da fé de Cristo.

As crônicas régias do século XIII não deixam de registrar este momento da história ibérica, concedendo grande destaque para o aspecto salvacionista da atividade guerreira contra o infiel.

por todas estas tierras fuera, con el otorgamiento dell apstoligo et de la corte de Roma, predicada e pregonada cruzada por todas estas yentes; et por los grandes perdones que y eran dados, cruzaronse yentes sin cuenta destas tierras, caualleros et peones, que uinieron a esta batalla como en romeria a saluarse de sus peccados (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p.692)

O discurso de reconquista trazia em seu âmago a noção de que as terras ocupadas pelos principados islâmicos, localizados no sul da Península Ibérica desde o século VIII, deveriam ser retomadas pelos seus detentores de direito, ou seja, os monarcas cristãos.

Na medida em que a Cruzada na Península Ibérica adquiria uma conotação religiosa, a própria Reconquista passava a se caracterizar como uma questão que, em teoria, deveria envolver toda a Cristandade. Segundo esta forma de pensar, a injúria sofrida com a queda do reino cristão dos Visigodos no século VIII era percebida como uma humilhação sofrida por toda a Cristandade Ocidental, humilhação esta que deveria ser reparada.

Nas crônicas baixo-medievais, a retratação da (re)conquista da antiga capital visigótica, Toledo, em 1085, traz este discurso de reparação e vingança associado à figura dos monarcas castelhano-leoneses.

“ ‘Amigos, todos nos somos espannoles, et entraronnos los moros la tierra por fuerça et conquerieronnosla, et em poco estendieron los cristianos que a essa sazón eran, que non fueron derrygados et echados della; et esos pocos que fincaro de nos em las montañas, tornaron sobre sí, et matando ellos de nuestros enemigos et muriendo dellos [...] et pues que aquí sodes, que me ayudedes a tomar uengança et emienda del mal que e tomado yo et la cristandad.’” (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p.693)

Além de reparar um mal perpetrado contra a população cristã, a tomada dos territórios do sul peninsular é apresentada como um serviço prestado em favor da própria fé católica. Tal serviço, revelava-se como uma das principais prerrogativas da monarquia de Castela, que em suas crônicas se apresentava como a principal promotora desta empreitada militar-religiosa. Ao chamar para si este papel de liderança, os reis castelhanos davam seu primeiro passo rumo a uma sacralidade belicosa, conforme observaremos a seguir.

3 – A sacralidade da monarquia de Castela.

Conforme mencionamos, a manifestação dos aspectos sagrados da realeza castelhana se fazia em planos específicos e distintos das demais casas régias européias. Enquanto que as monarquias francesas e inglesas cultivavam complexos rituais e cerimônias, a participação dos soberanos de Castela no plano do sagrado era marcada mais através das crenças em uma relação direta entre monarquia e divindade.

Jacques Revel já chamava atenção para o fato de que o caráter sagrado do poder no Ocidente Medieval era marcado mais pela existência de um vínculo entre o soberano e os poderes divinos do que pela manifestação de poderes miraculosos. (REVEL, 1992).

Se esta se configurava como a característica mais marcante da sacralidade monárquica medieval, os soberanos castelhanos não representavam uma exceção. Os próprios documentos legislativos do século XIII deixavam claro esta noção de um poder outorgado por uma instância transcendentalmente superior.

“Vicários de Dios son los Reyes, cada vno em su Reyno, puestos sobre las gentes, para mantenerlas en justicia, e en verdad, quanto en lo temporal” (LOPES, 1843, p. 729)

“Por que nuestro señor Jesucristo es rey sobre todos los reyes, è los reyes por él reynan, y del llevan el nombre [...]. y pues los Reyes deste señor e deste Rey habemos el nombre, y dél tomamos el poder de facer justicia en la tierra, y todas las honras, y los bienes dél nascen, è vienen”.(MONTALVO,1791, p. 61)

Mesmo compartilhando deste “núcleo comum” com as demais coroas européias, a realeza de Castela, tal como as demais, possuía suas próprias particularidades com relação à manifestação deste vínculo com o sagrado. A ação militar de reconquista contra os reinos muçulmanos do sul peninsular, era apresentada, pelas crônicas do século XIII, como uma espécie de ação religiosa encabeçada pelos monarcas do reino castelhano.

“ ‘He aqui que por Dios omnipotente se revela um tiempo, en el que, a no ser como pusilánime desidioso quisiera disimular, puedo servir contra los enemigos de la fe cristianaal Señor Jesucristo’. [...] Dicho lo qual, el rey, cuyo corazón habia encendido e inflamado el Espíritu del Señor, guardo silencio. Todos los varones que estaban presentes se quedaron boquiabiertos a causa del gozo excesivo y casi todos lloraron viendo la animosidad y el generoso propósito del rey.” (BREA, 1999, p. 74-75)

Segundo este discurso veiculado pelo Estado, ao expandir a fé cristã pelas armas, os monarcas castelhanos mostravam-se como realizadores de uma missão confiados a eles pelo próprio Deus. Mais do que uma obrigação, esta ação militar em terras inimigas era apresentada, principalmente, como um ato de fé perpetrado pelos governantes em favor de sua divindade.

Nieto Soria apontou que esta caracterização de uma realeza guerreira em Castela servia aos anseios da própria instituição monárquica. Com base na construção desta imagem régia, os governantes do reino buscavam plantar no imaginário coletivo da população a idéia de que seu ofício possuía uma grandeza inigualável na medida em que seus soberanos eram apresentados como modelos perante toda a sociedade. (NIETO SORIA, 1988, p.80.).

Mais do que um simples modelo de guerreiro, o rei castelhano almejava ser um exemplo de rei cristão – ou *rex christianissimus*. Este governante, seria aquele que se expunha a toda a sorte de perigos em nome de seu Deus e de sua fé. Para cumprir seu serviço divino, o soberano não se intimidava nem mesmo perante a superioridade de seus adversários.

“el noble rey don Alfonso, tan gran corazón auie que se fiziesse aquella batalla em que serien crebantados et abaxados los paganos, que serie grant seruitio pora Dios, que com esta entención de caridad de la cristandade et del servitio de Dios, suffrie el em paz et em manssedumbre todas aquellas cosas em aquellas compannas” (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p.692)

“preferia expones su vida y reino a tan gran peligro y someterse a la voluntad de Dios luchando com el susodicho rey de los moros, que era considerado el más poderoso y rico de todos los sarracenos, a permitirle trespassar culaquier palmo del terreno de su reino” (BREA, 1999, p. 38.)

Tanto a conquista de novas terras, como a defesa das fronteiras da Cristandade caracterizava-se como parte de um pacto estabelecido entre realza e o Criador. Durante os episódios de conflito, narrados nas crônicas, os reis eram apresentados como figuras primordiais, verdadeiros cruzados perpétuos – na medida em que estes conflitos se estendiam por gerações – devotando suas vidas ao cumprimento da missão que lhe havia sido outorgada.

Este ministério dos reis não se resumia unicamente ao extermínio dos infiéis muçulmanos. Era necessário, em igual medida, repovoar e restabelecer a fé de Cristo sobre as novas possessões territoriais. Neste sentido, o discurso régio procurou enfatizar a transformação de antigos templos islâmicos em igrejas cristãs. O relato das incursões militares adquire, neste momento, um tom de “regeneração” religiosa das terras e templos conquistados.

“Et ell [o rei] auindo muy grand sabor de seruir a Dios et de onrrarle, puno de meter toda su femencia em poner obispos em aquellas cibdades que el ganara de moros. [...] Despues refizo todas las eglesias que eran derribadas, et ononrolas muy bien de las cosas que les conuinien et les era mester”. (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p.333)

Se por um lado o soberano se empenhava em servir a seu Deus, este, por sua vez, não deixava seus vigários desamparados. O auxílio dos poderes celestiais no decorrer das campanhas militares de Cruzada na Península também são um marco da sacralidade monárquica castelhana.

Mesmo que não existisse uma crença generalizada na capacidade dos reis de Castela em executar milagres, não quer dizer que a ação miraculosa não poderia se manifestar junto a estes homens. Os relatos de batalhas entre cristãos e muçulmanos estão repletos de episódios nos quais os poderes divinos agem em deliberado auxílio dos exércitos cristãos.

A presença destes prodígios pode ser separada em duas formas principais. No primeiro grupo temos os relatos que responsabilizam a divindade por influenciar – de forma positiva – a vontade dos governantes de modo que estes tomem as melhores decisões. Evidentemente, grande parte destas decisões estava relacionada à guerra contra os muçulmanos e a melhor forma de conduzi-la.

“El rey, por su parte, teniendo el firme e irrevocable propósito de destruir aquella gente maldita, como quien estaba tocado por el Espíritu de Dios, alrededor de la festividad de Todos os Santos, quiso volverse a aquellas tierras [...] A este deseo se oponían casi todos los mafnates e consejeros. [...] Pero el rey, en quien habia irrumpido el Espíritu del Señor, guiado por um consejo más saludable, como del Espíritu del Señor, salió rápidamente de Toledo y se dirigió a aquellas tierras” (BREA, 1999, p. 79)

“Irrumpió, pues, el Espíritu del Señor em el rey, y, poniendo su esperanza em Jesucristo, el Señor, endureció sis oídos para no oír el consejo de los que, como encantadores, intentaban com persuasivas palavras impedir hecho tan noble. [...] Pero, despreciadas todas estas cosas y como nada consideradas, el soldado de Cristo, fortíssimo rey Fernando, a la mañana siguiente salió de Benavante com mucha prisa.” (BREA, 1999, p. 98)

A ação miraculosa em favor dos reis buscava reforçar de maneira significativa aquele pretenso vínculo que existia entre Deus e os governantes terrenos. Outra forma de manifestação destes prodígios ocorria quando a presença da divindade agia de forma determinante no curso dos acontecimentos. Nestas mesmas crônicas régias, podemos perceber a menção de que uma ação direta das forças celestes poderia auxiliar tanto aos reis quanto aos exércitos cristãos que lutavam em seu nome do Criador, garantindo o êxito das ofensivas armadas contra seus algozes.

“Nuestro Salvador, que no abandona a los que en el confían, hizo inútil el pensamiento de los moros y enervo sus espíritos y sus fuerzas, y no se atrevieron a combatir com nuestro rey glorioso com quien Dios estaba [...] el rey de los moros dejó allí uma gruesa multitud de hombres y marchó à Sevilla com una parte de su ejército, fingiendo algunas razones vanas e falsas.” (BREA, 1999, p. 100)

A presença do poder supremo sobre os campos de batalha não era a única forma de expressar aquela comunhão da realeza com o sagrado. Também era possível observar nas crônicas o milagroso aparecimento de santos cristãos, que se uniam aos exércitos da cristandade para lutar contra as forças islâmicas.

“Et dizen, asi commo los moros mismos afirmauan despues, que paresçio y Santiago en vn cauallo blanco et com senna balnca en la mano et com vn espada en la otra, et que andaua y com el vna legion de caualleros clancos; et aun dizen que angeles vieran andar sobre ellos por el ayre. [...] Los moros começaram luego a derramar et foyr, et dexaronse uençer, boluiendo espaldas el que ante podie.” (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p.727)

4 – Últimas considerações

Ao observarmos a associação estabelecida entre o campo do sagrado, a guerra e o poder, na Castela do século XIII, é preciso que tenhamos em mente a própria forma como aqueles elementos transcendentais eram utilizados pela autoridade central do reino. Longe de se constituir em um recurso alegórico despretensioso, o vínculo estabelecido entre realeza e divindade respondia aos próprios anseios e necessidades da instituição monárquica.

A veiculação através das crônicas de um discurso que apresentava os governantes castelhanos como verdadeiros guerreiros de Deus, líderes de um movimento que expandia a fé através da violência, fazia parte de um amplo e ambicioso projeto de propaganda política.

Esta imagem do rei cruzado almejava tornar os próprios monarcas do século XIII mais legítimos perante a sua população, visto que esta centúria havia presenciado inúmeros conflitos internos que não apenas opunham realeza e nobreza, mas também traziam à tona a freqüente contestação do próprio direito de alguns soberanos em subir ao trono².

Mesmo lançando mão do recurso da guerra como uma forma de maquiagem a frágil legitimidade dos governantes, a percepção dos elementos sagrados segundo este “novo” modelo não fugia muito àquela premissa básica a qual os referimos algumas linhas acima. Desta maneira, aquelas cabeças coroadas continuavam a se apresentar como intercessores ou mediadores designados pelas instâncias celestes para agir em seu nome no plano material.

A apresentação da guerra como um palco alternativo para a percepção de elementos sagrados apenas chamou a atenção para o fato que, na Castela da Baixa Idade Média, a sacralidade régia manifestava-se, principalmente, através de aspectos mais cotidianos à realidade daquela sociedade. Em meio a uma conjuntura permeada por conflitos religiosos e lutas nobiliárquicas a monarquia apenas respondia aos anseios de sua população, pois frente às ameaças internas e externas o poder central também deveria demonstrar que possuía a força necessária para exercer sua autoridade dentro de seu reino.

Referências Bibliográficas:

- BARBERO, Abílio e VIGIL, Marcelo. **Sobre las Orígenes Sociales de la Reconquista**. Barcelona. Ariel. 1974.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.
- BREA, Luis Charlo (ed). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Madrid: Akal, 1999.
- KANTOROWICZ, Ernest H. **Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.
- LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X^e au XIII^e siècle. IN: BOUREAU, A. e INGERFLOM, C. S. **La Royauté Sacrée dans le Monde Chrétien**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992. p. 19-28.
- LOPEZ, Gregorio (ed). **Las Siete Partidas del Sábio Rey don Alfonso**. Edição fac-símile da de 1555. Barcelona: 1843.

² Fernando III (1217-1252) pegou em armas contra os nobres que não o reconheciam como rei pelo fato dele ser filho de um casamento ilegítimo, Afonso X (1252-1284) precisou evitar ser deposto por seu próprio filho e Sancho IV (1284-1294) enfrentou duras críticas por coroar-se rei sem a benção de seu antecessor.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (ed). **Primera Crónica General de España..** 2 vols. Madrid. Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 1955.

MONTALVO, Alonso Dias (ed.). **El Fuero Real de España.** Madrid: Real Compañía de Impresores, y Libreros del Reyno, 1791. Disponível em <http://books.google.com>

REVEL, Jacques. La royauté sacré: éléments pour un débat. IN: BOUREAU, A. e INGERFLOM, C. S. **La Royauté Sacrée dans le Monde Chrétien.** Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992. p. 7-18.

RUIZ, Teófilo. **From Heaven to Earth. The reordering of Castilian Society, 1150 – 1350.** Princeton University Press. 2004.

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (siglos XIII – XIV).** Madrid: EUDEMA: 1988.